



X SALÃO DE PESQUISA SETREM
SAPE
PESQUISA PROMOVENDO DESENVOLVIMENTO

54ª SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
10ª MOSTRA ESTADUAL DE TRABALHOS DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12ª MOSTRA ESTADUAL DE PESQUISA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
11ª JORNADA DE PESQUISA
9ª FEIRA DE INOVENSES E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS



Número do ISSN: 1981-2892

SOCIEDADE E AMBIENTE NAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: COMPREENDENDO RELAÇÕES

RESUMO

Este Informe Científico retrata os resultados de pesquisa desenvolvida em 2011, que visou compreender a relação entre sociedade e ambiente nas diferentes abordagens sobre desenvolvimento regional. Centrou-se a análise em dois grandes grupos de teoria sobre desenvolvimento regional: a globalista e regionalista. A primeira entende que a relação desenvolvimento e meio ambiente possa ser resolvida por emprego de ciência, tecnologia, capital e políticas públicas e privadas. A segunda entende que natureza e sociedade possuem dinâmicas que precisam ser estudadas em sua interação, em espaços específicos e condicionadas por forças específicas, que não se reproduzem em escalas globais, mas sim locais-regionais.

PALAVRAS-CHAVE: ambiente, sociedade, desenvolvimento regional.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre desenvolvimento regional emergem na Europa ao final do século XIX, expandem-se mundialmente ao longo do século XX e tornam-se referência necessária para análises socioambientais. As diferentes experiências e proposições de “modelos de desenvolvimento regional” carregam pressupostos teóricos a respeito da sociedade e do ambiente, bem como da relação entre ambas, que precisam ser explicitados no sentido de produzir referências para análise de desafios concretos que emergem no cenário mundial atual.

A crise dos modelos hegemônicos de desenvolvimento do pós Segunda Guerra Mundial, conjugada à emergência da consciência planetária e dos grandes desafios ambientais globais desencadearam um intenso embate em torno de explicações para a realidade e projeções para o futuro das diferentes sociedades. Neste embate que se retomam as principais teorias de desenvolvimento regional construídas ao longo da trajetória das diferentes ciências para explicar o desenvolvimento das sociedades, as dinâmicas ambientais e as interações entre os seres humanos e a natureza no sentido de construir novas perspectivas para a humanidade.

Este informe científico dá destaque para as teorias do desenvolvimento regional buscando evidenciar como estabelecem a relação entre sociedade e ambiente. Tem-se presente os limites desta pesquisa, entendendo que se trata da contribuição para o estudo de uma temática pouco abordada na literatura corrente da área em questão.

2. METODOLOGIA

Em termos de metodologia, a pesquisa orientou-se pelos pressupostos do método dialético crítico, pois o mesmo permite uma compreensão da realidade em sua totalidade; permite perceber as múltiplas conexões dos fenômenos; possibilita entender que a realidade vai além do percebido pelo cientista social, pois evoca o processo histórico como um todo. Como procedimento de pesquisa utilizou-se a revisão de literatura e a análise comparativa.

A partir da revisão da literatura aprofundou-se a discussão a respeito do desenvolvimento regional, procurando entender os desafios demandados pela crise dos grandes modelos de desenvolvimento do pós Segunda Guerra. Realizou-se revisão bibliográfica das teorias sobre o desenvolvimento

regional, iniciando com os estudos de Alfred Marshall, passando pelos estudos de Lênin, dos teóricos da modernização capitalista, dos estudos de François Perroux, Gunnard Myrdal e da CEPAL, até chegar às vertentes atuais, que apontam para duas grandes vertentes: a globalista e a regionalista.

3. RESULTADOS DO TRABALHO / PESQUISA

Nas teorias atuais a respeito do desenvolvimento regional identificou-se uma linha teórica que centra suas análises a fundada na tese da homogeneização dos espaços em decorrência do processo de globalização e das transformações produtivas e tecnológicas que ocorreram no mundo no final do século XX. De acordo com Klink (2001) esta vertente tem como referência os estudos do economista norte-americano Charles Tibeout, e sua teoria do “federalismo fiscal”. Em um contexto de discussão das atribuições do Estado, em seus diferentes níveis (federal, estadual e local), na estrutura de arrecadação fiscal, na prestação de serviços aos cidadãos e a promoção do desenvolvimento, Tibeout trabalha com a tese de que os governos locais sejam “instituições políticas análogas ao mercado”, no qual seus habitantes “compram” um lugar para morar. Ou seja, eles procuram o local mais adequado para residir, fazendo uma relação entre impostos cobrados e os serviços públicos ofertados (WILSON E GAMKHAR, 2011).

A partir da tese da homogeneização desenvolvem-se diferentes abordagens, dentre as quais pode-se destacar a “Escola da Nova Política Urbana”, a centrada nas estratégias de City Marketing, a que evoca a formação de “redes de cidades e regiões” conectadas entre si numa sociedade baseada no fluxo de informações e a teoria que defende o surgimento de uma “ordem internacional sem fronteiras” (ROTTA, 2007).

Estas teorias fundadas na tese da homogeneização dos espaços entendem que a relação entre sociedade e ambiente seja uma equação a ser resolvida pelo emprego de ciência, de tecnologia, de capital e da mobilização de políticas públicas e privadas. Diante dos problemas ambientais e sociais gerados pela expansão dos fatores de produção se faz necessário ampliar o desenvolvimento da ciência na busca de soluções aceitáveis e capazes de, pelo menos, mitigar os problemas. Estas soluções podem ser buscadas via ação da iniciativa privada ou por parcerias capazes de mobilizar o Estado, as forças de mercado e a sociedade civil organizada.

Estas teorias adeptas da vertente globalista alertam que os problemas ambientais transcendem a dimensão dos Estados Nacionais e das esferas locais. Cada vez mais, os problemas atuais, como o efeito estufa e o uso de agrotóxicos, devem ser tratados não apenas de forma local-regional, mas também de forma global. Como diz Ulrich Beck (2003) “vive-se numa sociedade mundial do risco”, que carece de um enfrentamento global.

Uma segunda grande linha teórica que emerge nos estudos sobre desenvolvimento regional tende a ressaltar a perspectiva da territorialização, afirmando as especificidades dos espaços locais na definição das condições de desenvolvimento e apontando para os problemas das opções globalizadoras. Para os adeptos desta linha teórica os espaços locais são capazes de desenvolver condições econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais que podem interagir com as dinâmicas globais de desenvolvimento (KLINK, 2001; DALLABRIDA, SIEDENBERG E FERNÁNDEZ, 2004).

A partir da tese da territorialização do desenvolvimento desenvolvem-se diferentes abordagens, dentre as quais se destacam a compreensão do desenvolvimento como um processo endógeno de mudança estrutural; os estudos centrados nos “sistemas produtivos locais tipo distrito industrial”; os estudos centrados nos “distritos tecnológicos”; a concepção focada nos “meios inovadores”; a que retrata a crise do fordismo (Escola de Regulação Francesa); a perspectiva de empoderamento das sociedades locais (LOPES, 2001; KLINK, 2001); a que procura superar o entrave entre o endógeno e exógeno, a partir do conceito de glocalização e a que destaca a possibilidade de geração alternativa

de trabalho e renda ao modo de produção capitalista (DALLABRIDA, SIEDENBERG E FERNÁNDEZ, 2004).

Estas diferentes teorias entendem que a relação sociedade e ambiente precisa ser analisada a partir dos condicionantes locais, da ação dos diferentes atores envolvidos e da possibilidade de relações fundadas no princípio da sustentabilidade. A natureza e a sociedade possuem dinâmicas que precisam ser estudadas em sua interação, em espaços e condições específicas, que se reproduzem em escalas locais-regionais e não apenas globais. Não se pode desconhecer a dinâmica global e estrutural dos processos, mas entendê-los como condicionantes e possíveis de alteração e não como determinantes, aos quais cabe apenas adaptar-se e conformar-se nos espaços e sociedades locais. Neste contexto os problemas ambientais são concernentes à toda a sociedade e devem ser abordados em sua totalidade.

4. CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que as diferentes abordagens sobre o desenvolvimento regional apresentam apenas considerações incipientes a respeito da relação entre sociedade e meio ambiente. Predominam preocupações em torno das questões econômicas, políticas, sociais e culturais, com pouca relevância para as questões ambientais. De forma geral, as questões ambientais são tratadas como “vantagens competitivas” ou como “problemas” a serem enfrentados pela ação do Estado, do mercado e da sociedade civil organizada. Reflete-se pouco sobre as concepções de sociedade e de meio ambiente que perpassam as abordagens e como estas se relacionam na definição dos aspectos condicionantes dos processos de desenvolvimento. Esta lacuna encontrada nos estudos sobre o desenvolvimento regional constitui-se como um grande desafio para novas pesquisas, especialmente nas áreas de ciências sociais e sociais aplicadas.

A diferenciação entre as teorias de viés globalista e regionalista, na abordagem que fazem da relação entre sociedade e natureza é mais tênue do que na concepção de desenvolvimento. É claro que estão presentes visões diferenciadas de desenvolvimento e que a mesma supõe uma relação correspondente entre sociedade e natureza, porém, a preocupação em explicitar claramente esta relação está pouco presente nos textos analisados. Tem-se claro também que a preocupação com esta temática ganhou relevância nesta primeira década do século XXI, enquanto as teorias analisadas, em sua grande maioria emergem no contexto das duas últimas décadas do século XX. Esta constatação relava mais ainda a necessidade de ampliar estudos na área do desenvolvimento regional, especialmente no que se refere à relação entre sociedade e natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**: Ulrich conversa com Johannes Willms, tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, n. 04, p. 33-62, jul/dez., 2004.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região**: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Raul. **Competitividade, inovação e territórios**. Oeiras: Celta Editora, 2001.

ROTTA, Edemar. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FSS/PUCRS, Tese de Doutorado, 2007.

WILSON, Robert; GAMKHAR, Shama. Cooperação e relações intergovernamentais nos governos locais: o caso dos Estados Unidos. **Cadernos Adenauer**, ano XII, n. 04, 2011, p. 31-56. Disponível em <http://www.kas.de/wf/doc/6757-1442-5-30.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2012.